

## VIOLÊNCIA E ASSÉDIO SEXUAL

A violência é agora maior contra as mulheres ou temos essa impressão porque a população está mais sensibilizada para o problema?

Eis o tipo de pergunta que os meios de comunicação fazem regularmente, principalmente quando querem minimizar a importância da violência cometida contra as mulheres ou quando acusam as feministas de exagerar.

Não farei aqui um exaustivo balanço estatístico da situação na Província do Quebec e no Canadá. Mas, para fazer sobressair as pesquisas feministas e as estratégias de intervenção em matéria de violência no Quebec, será necessário fazer um balanço, mais adiante, dos mais recentes números com relação à violência conjugal e ao assédio sexual.

O tema do grupo de estudos é violência conjugal e assédio sexual. Gostaria, entretanto, de lembrar que não se trata aí senão de duas manifestações da violência cometida contra as mulheres e que uma manifestação de violência raramente é isolada. Violência física de um companheiro ou ex-companheiro, assédio sexual, sim, muitas mulheres são vítimas disso. Mas não é possível medir realmente a violência contra as mulheres sem levar em conta insultos, desprezo, humilhações que elas sofrem no cotidiano, estupro, incesto, pornografia, prostituição, assassinato individual ou coletivo, violência específica cometida contra as lésbicas. Todos estes fenômenos reunidos fazem pensar numa guerra feita à metade feminina da humanidade.

Como lembra o Conselho do Estatuto da Mulher da Província do Quebec, um organismo que emite opiniões para o governo e que faz igualmente pesquisas feministas sobre as condições de vida das mulheres, as manifestações e as conseqüências da violência contra as mulheres apresentam semelhanças. A maioria das vítimas é de moças ou mulheres e a maioria dos autores destas violências é de homens ou rapazes. Quanto às suas numerosas conseqüências, o medo, o sentimento de culpa e os problemas

físicos e psicológicos encabeçam as listas<sup>1</sup>. A sociedade assume igualmente custos sociais e financeiros importantes decorrentes desta violência.

Estas violências contras as mulheres têm uma mesma origem: a misoginia, este veneno que as sociedades patriarcais não conseguiram ainda eliminar. Todas essas manifestações de violência são ainda meios de controle social, físico, sexual, político e econômico sobre as mulheres. A violência não é somente um meio de controle **de um indivíduo sobre outro**, como também um meio de controle de um grupo sobre outro e de uma **sociedade sobre um dado grupo**. Se nossas sociedades são tão lentas em tomar medidas eficazes para prevenir e dar um fim a estas violências específicas contra o grupo das mulheres, é que estas violências satisfazem, até certo ponto, estas sociedades fortemente dominadas por uma cultura masculina.

Tais violências fazem parte da estrutura social que perpetua a desigualdade. As sociedades presumidamente evoluídas mantêm condições salariais, medidas fiscais, legislações matrimoniais discriminatórias que constituem poderosos meios de controle sobre as mulheres enquanto grupo. E todos estes controles estão interligados. As mulheres agredidas por um companheiro têm dificuldade em se liberar se, além disso, se encontram numa posição de dependência econômica. Em um contexto de relações de exploração e de dominação, a sociedade patriarcal está para o grupo-mulheres da mesma forma que o indivíduo-homem está para o indivíduo-mulher.

A cultura misógina, violenta por definição, explica igualmente por que instâncias internacionais como a ONU, prontas para dar ao mundo inteiro lições de respeito pelos direitos da pessoa, não fazem nada diante dos estupros coletivos de milhares de mulheres, na ex-Iugoslávia e em outros lugares. Ou, ainda, que a mesma ONU envie deliberadamente seus Capacetes Azuis para fiscalizar as eleições numa cidadezinha da Coreia conhecida por sua alta taxa de prostituição entre moças adolescentes e crianças. Um porta-voz da ONU sugeriu que queriam assim oferecer um divertimento a homens que estariam vivendo em condições difíceis.

Como anda a violência cometida contra as mulheres na Província do Quebec e no Canadá?

Um caminho considerável foi percorrido desde que a quase totalidade dos parlamentares canadenses explodiu de rir na Câmara dos Comuns em 1979, quando um de seus colegas se levantou para fazer uma pergunta sobre "as mulheres que apanham". Fórmula redutora da época para denominar a violência de um homem para com sua companheira. Para estes parlamentares, como para o conjunto da população da época, não era sério abordar naquele importante recinto um "assunto privado", banal, aceito como uma prerrogativa masculina.

---

<sup>1</sup> CSF, *Para que Cesse de Inaceitável: opinião sobre a violência cometida contra as mulheres*. Governo da Província do Quebec. Quebec, abril de 1993, p. 20-21.

Dez anos mais tarde, em 6 de dezembro de 1989, não se ria mais nem um pouco no Canadá nem no Quebec, quando um rapaz massacróu numa sala de aula 14 alunas da Escola Politécnica da Universidade de Montreal, gritando que odiava as feministas. O assassino havia antes mandado sair todos os homens da sala de aula, o que não deixava nenhuma dúvida quanto às suas intenções.

Não se riu tampouco quando o Comitê Parlamentar Federal Permanente da Saúde e do Bem-Estar Social, dos Assuntos Sociais, da Terceira Idade e da Condição Feminina (este título dá a vocês uma idéia da maneira como são marginalizadas as mulheres, afinal metade da população!), enfim, não se riu, em junho de 1991, quando este comitê parlamentar (criado em junho de 1989) publicou um relatório de título sugestivo, *A Guerra Contra as Mulheres*, e pediu ao Governo Federal para criar uma Comissão Real sobre a violência cometida contra as mulheres.

Como exemplo do caminho percorrido, em 1970, no Canadá, foi criada uma Comissão Real sobre o Estatuto da Mulher, que tinha um campo de estudo bem amplo. Em seu relatório final, esta Comissão nem mesmo mencionava o problema da violência cometida contra as mulheres. Em 1970, o silêncio envolvia ainda este problema de cuja extensão não se suspeitava. Os grupos de mulheres, feministas na maior parte, levaram cerca de 20 anos para impor em praça pública o tema da violência cometida contra as mulheres. Eles não acabaram ainda de destruir os tabus e de convencer a população de que este problema é sério e diz respeito a toda a sociedade.

Em 1991, o governo canadense criou o Comitê Canadense sobre a Violência contra as Mulheres. Este Comitê animou um diálogo nacional sobre a violência, colheu numerosos depoimentos, fez um balanço da situação, estudou soluções, enfatizando a prevenção. Em julho de 1993, formulou recomendações e elaborou um plano de ação nacional, propondo um conjunto de prazos de intervenção ao governo. Desnecessário dizer que esse conjunto de prazos de intervenção ficou engavetado e, por enquanto, o relatório também, pois houve nesse ínterim uma eleição geral e mudou o partido político no poder.

Este relatório oferece entretanto uma mina de informações. Como se trata da mais recente e exaustiva pesquisa sobre o tema no Canadá, demorarei mais nele, já que esclarece o contexto das pesquisas feministas e das intervenções. O Comitê Canadense sobre a Violência contra as Mulheres apelou para numerosas pesquisadoras feministas. Inscreveu sua pesquisa e análise numa perspectiva global que liga a violência à desigualdade social, política e econômica inerente à estrutura da sociedade sexista. O Comitê examinou a violência que pode estar presente em todos os tipos de vivência das mulheres no Canadá: o das mulheres saudáveis, doentes, deficientes físicas, grávidas, casadas, solteiras, heterossexuais, lésbicas, mulheres pertencendo a diferentes etnias, mulheres jovens, idosas morando em meio rural ou urbano, trabalhando em diversos meios de trabalho - familiar (mães, companheiras ou empregadas domésticas); institucional, no exército.

A vivência das mulheres imigrantes, refugiadas. Nenhuma categoria de mulheres foi esquecida.

Como o Comitê fez sua pesquisa e análise de forma abrangente, ligando a violência à estrutura geral da sociedade, seu plano de ação para barrar e prevenir a violência é também, em consequência, vasto e supõe uma mudança profunda nas instituições e nas mentalidades. Ao contrário de vários estudos canadenses anteriores sobre o mesmo tema, o Comitê recomenda que se aja sobre **as causas da violência**, criando-se, por exemplo, no seio de todas as instituições, meios para que se instaure a igualdade (a desigualdade sendo uma causa potencial de violência). Colocar o problema nestes termos mostra que não se pode esperar por resultados imediatos. Esse tipo de visão global é entretanto importante numa perspectiva de prevenção a longo prazo.

Essa perspectiva assustou certos meios, principalmente a mídia, que fica a ruminar os eternos clichês psicanalíticos que retiram freqüentemente a responsabilidade dos agressores e deixam todos impotentes diante da violência crescente. O Comitê recebeu também críticas por causa do tamanho da violência que revela. Pouco propensos a visões globais e à pesquisa de causas profundas que questionem a cultura masculina, alguns meios de comunicação e certos grupos recusaram examinar seriamente as mais de 500 recomendações do relatório. Disseram que as feministas exageravam de novo e viam violência em toda parte.

Mas, em novembro de 1993, quatro meses mais tarde apenas, os resultados de uma vasta sondagem pan-canadense realizada pela Estatística Canadá (organismo governamental) vinham confirmar muitos dos dados coletados pelo Comitê Canadense sobre a Violência contra as Mulheres e, antes dele, pelo Conselho Consultivo Canadense sobre a situação da mulher, outro organismo governamental que emite opiniões para o governo federal. (É o correspondente do Conselho do Estatuto da Mulher no Quebec.) Ah! ser-mos consultadas, nós somos... Quanto a sermos ouvidas... é outra história.

E o que é que a Estatística Canadá confirma? Que a metade (50%) das canadenses foi vítima de pelo menos um ato de violência a partir dos 16 anos. (*Le Devoir*, 20/11/1993.) E 22% das entrevistadas que tinham sofrido algum tipo de violência nunca haviam falado disso a ninguém, o que indica a força do tabu. Uma mulher em dez (1/10) tinha sido vítima de violência ao longo dos doze meses que precederam a sondagem da Estatística Canadá e a maioria delas conhecia os agressores. Uma mulher em quatro (25%) dizia ter sido atacada um dia ou outro por seu companheiro ou antigo companheiro. Em quase um terço dos casos, não se tratava de incidente único ou isolado; 45% dos atos de violência conjugal provocaram feridas físicas e mais de um terço das mulheres que conheceram esta forma de violência temeram por suas vidas, ao passo que 44% sofreram pelo menos um ato de violência armada. Vocês podem ver que a expressão "guerra contra as mulheres" não é exagerada.

Além disso, a Estatística Canadá revela que somente 26% das vítimas deram queixa contra o agressor. (*Le Devoir*, 20, 29/11/1993.) As mulheres vítimas de violência têm medo e este medo é quase sempre o efeito buscado pelos agressores. As mulheres têm razão de ter medo. Na primeira semana de maio de 1994, só na região de Montreal, quatro mulheres foram assassinadas por um antigo companheiro. Em dois casos, os assassinos já haviam proferido ameaças de morte às ex-companheiras que haviam em vão pedido ajuda à polícia. Entre 1979 e 1988, no Canadá, houve 175 homicídios em que o suspeito era o marido da vítima<sup>2</sup>. No Quebec, de 1991 a 1992, as infrações relativas à violência conjugal aumentaram em 6,3%. E 73,1% destas infrações deram lugar a um processo de acusação.

O sistema judiciário não ajuda muito as mulheres a vencer o medo e a se proteger. Quando juízes põem em liberdade homens que infligiram graves ferimentos a suas companheiras e lavam as mãos quanto ao que lhes pode acontecer, podemos falar de uma certa tolerância, até mesmo de uma cumplicidade do sistema judiciário para com a violência cometida contra as mulheres. Irritado, um juiz de Quebec respondeu recentemente a uma mulher que exprimia vivamente seu temor em ver posto em liberdade seu ex-companheiro que a havia ameaçado de morte: "Se a senhora for morta, isso não me impedirá de dormir". Eis um dos problemas: com exceção das mulheres em geral que temem se tornar as próximas vítimas, os esforços de sensibilização para com a violência contra as mulheres não despertaram ainda todas as pessoas e principalmente certos poderes instalados, como a magistratura.

A sondagem da Estatística Canadá citada tratava exclusivamente dos atos considerados como infração em virtude do Código Criminal Canadense. Mas é sabido que o conjunto das formas de violência contra as mulheres não se encontra no Código. A maioria dos ataques registrados na sondagem da Estatística Canadá tinham um caráter sexual; o que não é surpreendente, já que a maioria dos crimes contra as mulheres reconhecidos como tais pelo Código Criminal são crimes de caráter sexual. Pode-se portanto pensar que a porcentagem de mulheres que sofreram pelo menos um ato de violência a partir dos 16 anos ultrapassaria os 50%, se a Estatística Canadá tivesse levado em conta todas as formas de violência, não só aquelas sancionadas pelo Código Criminal. Penso, por exemplo, nas adolescentes e mulheres presas na engrenagem das redes de pornografia e prostituição, que os critérios da Estatística Canadá não considerariam como mulheres vítimas de violência. A sondagem excluía também assédio sexual. E o que dizer das violências sofridas antes dos 16 anos?

Eis portanto o contexto, cada vez mais bem conhecido, que levou todos os setores da sociedade a fazer pesquisas e a elaborar estratégias para

---

<sup>2</sup> CSF, *Violência Conjugal: um quadro sombrio*. Governo da Província do Quebec, fevereiro de 1994.

barrar e prevenir a violência cometida contra as mulheres e as crianças, cujos agressores são quase sempre homens.

No Quebec, o Conselho do Estatuto da Mulher, que adota em suas pesquisas um quadro de análise francamente feminista, intervém há vários anos junto à população e ao governo. Este Conselho produziu diversos instrumentos de sensibilização e intervenção sobre a violência cometida contra as mulheres, entre outros, sobre o assédio sexual e a violência conjugal, e emitiu muitos pareceres para o governo da Província do Quebec. O último parecer do Conselho do Estatuto da Mulher do Quebec intitula-se *Violência contra as Mulheres: a caminho do grau zero* (abril de 1993). O Conselho reivindica uma política governamental sobre todas as formas de violência cometida contra as mulheres, uma política que privilegie uma abordagem preventiva e busque aperfeiçoar as medidas tomadas para barrar a violência.

Este organismo lembra que a "violência é um assunto de poder (...)", que ela traduz "a inferiorização das mulheres na sociedade", que ela é "uma forma de perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres". "Quando uma mulher se recusa a se submeter de boa vontade a avanços sexuais, quando o jantar não está pronto na hora, quando uma mulher tem amigas demais ou quando ela tem a última palavra na discussão, quando uma mulher, em resumo, 'não conhece seu lugar', a violência torna-se o argumento decisivo que restabelece a hierarquia tradicional entre os sexos" (p. 5).

Lembremos, igualmente, que o Ministério da Justiça do Quebec fez, em 1987-88, uma campanha de sensibilização televisionada sobre a violência no meio conjugal; que o Ministério da Saúde e dos Serviços Sociais do Quebec produz, há vários anos, diversos documentos de reflexão e sensibilização sobre diferentes formas de violência (estupro, incesto, violência conjugal etc.) para informação dos e das usuárias de sua rede; que o mesmo Ministério publicou, em 1992, orientações sobre a intervenção junto a companheiros violentos para a rede de saúde e de serviços sociais.

Os Centros Locais de Serviços Comunitários (CLSC), que oferecem serviços de saúde e serviços sociais, assinaram protocolos de intervenção com serviços de polícia a fim de relacionar mutuamente as mulheres vítimas de violência e de coordenar suas intervenções. Hospitais dotaram-se de protocolos de diagnóstico e de intervenção junto às mulheres que sofrem violência. Os centros de ajuda às mulheres vítimas de agressões sexuais desenvolveram métodos de intervenção proporcionando, entre outros, um apoio terapêutico às mulheres agredidas e um serviço de acompanhamento a diferentes etapas do processo judiciário. Os abrigos, que acolhem as mulheres violentadas e seus filhos para curtas estadas, desenvolveram também instrumentos de intervenção. Estas casas continuam entretanto dispondo de poucos lugares e com falta de financiamento. A Ordem das Enfermeiras e dos Enfermeiros do Quebec, por sua vez, sensibiliza seus membros para as diversas formas de violência contra as mulheres e para as maneiras de se intervir eficientemente junto às vítimas.

No que diz respeito especificamente ao assédio sexual, a Carta Canadense dos Direitos da Pessoa e a Carta do Quebec dos Direitos Humanos permitem aos homens e às mulheres dar queixa contra o assédio sexual em local de trabalho. É preciso entretanto lembrar que as mulheres podem ser assediadas não só no trabalho e na escola, mas também em outros contextos, como por exemplo na rua.

O assédio sexual é uma forma de violência cometida contra as mulheres, uma manifestação de poder que homens se arrogam para exercer um controle sobre as mulheres, das quais eles querem dispor como se elas fossem para eles somente objetos sexuais. A sexualidade é utilizada aqui como um instrumento de dominação e controle.

A dimensão do assédio sexual não está ainda individualmente reconhecida e menos ainda publicamente. Uma sondagem do Quebec (IQOP) de 1988 indicava que 23% das mulheres interrogadas haviam sido sexualmente assediadas (CSF, maio de 1993). Trata-se de um assunto do qual as mulheres não falam facilmente, pois são acusadas de provocar (como antigamente nos casos de estupro) ou de serem moralistas (como quando denunciam a pornografia) quando querem se defender.

Entre os grupos que fizeram ações concretas, devemos mencionar também sindicatos, as universidades, a Função Pública do Quebec, centros hospitalares, outros estabelecimentos públicos e semi-públicos, assim como certos organismos privados que criaram protocolos de intervenção para prevenir o assédio sexual e ajudar as mulheres a se defenderem contra os autores desta forma de agressão. A Federação das Enfermeiras e Enfermeiros do Quebec elaborou e publicou em maio de 1993 um projeto de política para barrar o assédio sexual e racial nos estabelecimentos da rede de saúde. A Corporação Profissional dos Médicos do Quebec adotou um plano de ação sobre o que chama pudicamente "a má conduta de natureza sexual na relação médico/paciente", que é, com todas as letras, um abuso sexual. Em Ontário, província canadense vizinha, a lei é muito mais severa do que no Quebec para médicos e outros profissionais (psicólogos) reconhecidos culpados de abusos sexuais ou de assédio a suas clientes ou pacientes: eles perdem a licença de exercício da profissão por um período de cinco anos.

Em várias universidades do Canadá e do Quebec, também as pesquisadoras feministas analisaram as diversas manifestações da violência contra as mulheres. Cursos feministas em diferentes disciplinas e publicações feministas são agora um hábito. A maioria das universidades criou igualmente protocolos de intervenção contra o assédio sexual.

A maioria das universidades tem um centro de prevenção e tratamento das queixas por assédio sexual, ao qual as estudantes e as professoras podem se dirigir. Este centro recebe e avalia as queixas, acompanha as mulheres em suas iniciativas, dá-lhes conselhos e age junto aos autores do assédio e às autoridades. O centro produz um relatório anual. Existe também na Universidade Laval um grupo Ação Acompanhamento, que acompanha

diuturnamente no *campus* as pessoas que o desejam, criado por iniciativa de moças e rapazes estudantes.

Na Universidade Laval, o Grupo de Pesquisa Multidisciplinar Feminista tratou inúmeras vezes da violência cometida contra as mulheres. Meus colegas de Psicologia, de Serviço Social, de Antropologia, de Direito e de Educação fizeram pesquisas sobre a prevenção da violência nas relações amorosas entre os jovens, sobre o incesto, sobre a violência cometida contra as mulheres no meio conjugal, sobre a prevenção da violência pela eliminação do sexismo e dos estereótipos em educação e em muitos outros aspectos. Todas essas pesquisas foram objeto de publicação sob forma de artigo em revistas especializadas tais como *Recherches Féministes* ou nos *Cahiers de Recherches Féministes* do GREMF.

As outras universidades do Quebec - Universidade de Montreal, Universidade da Província do Quebec, Concordia, McGill, Sherbrooke - têm também grupos de pesquisadoras feministas que participam periodicamente de colóquios e dão conferências sobre diferentes formas de violência cometida contra as mulheres. As pesquisadoras feministas universitárias colaboraram estreitamente no Quebec com um grande movimento de sensibilização que começou na base, em um trabalho de campo, com mulheres de diversos meios.

De minha parte, organizo há doze anos um curso, na área da enfermagem, sobre as mulheres e a saúde, no qual um dos seminários trata dos modos de intervenção profissional junto a mulheres vítimas de violência. Com uma equipe, desenvolvi também um instrumento de identificação das mulheres violentadas no meio conjugal, destinado às e aos agentes sociais, enfermeiros, médicos e aos grupos de mulheres. Este instrumento é atualmente objeto de experiência em diversos estabelecimentos de saúde.

Temos uma cadeira de estudos feministas na Universidade Laval, assim como um grupo de pesquisa multidisciplinar feminista que oferecerão, no outono, um diploma de doutoramento em estudos feministas. A violência contra as mulheres ocupará um lugar importante na pesquisa e no ensino dispensado no conteúdo desse curso. Temos igualmente um centro de pesquisa interdisciplinar sobre a violência familiar e a violência contra as mulheres. O objetivo do centro é contribuir para o desenvolvimento de modos de intervenção inovadores e eficazes no âmbito da prevenção da violência familiar e da violência contra as mulheres. Os parceiros são: Universidade Laval, Universidade de Montreal, Universidade McGill, Relais-Femmes, Federação dos CLSC do Quebec. Este centro é subvencionado por uma iniciativa conjunta do Conselho de Pesquisas em Ciências Humanas do Canadá (CRSH) e de Saúde e Bem-Estar Social do Canadá. Um volume intitulado *Violência Conjugal. Pesquisas sobre a violência cometida contra as mulheres no meio conjugal* acaba de ser publicado por Gaëtan Morin Éditeur. Esta obra apresenta os resultados de várias pesquisas com apoio estatístico realizadas no Quebec desde 1985.



Não posso, no tempo que me é concedido, mencionar, e menos ainda explicar, aqui todas as pesquisas, estratégias, intervenções que são feitas no Quebec, há 25 anos, no âmbito da violência contra as mulheres. Deilhes alguns exemplos, aos quais é preciso acrescentar os grupos de apoio, as redes de ajuda mútua às mulheres vítimas de violência que se criaram em quase toda parte, os comitês da condição feminina dos sindicatos, os centros de saúde da mulher, as iniciativas de agentes no interior de organismos sociais, comunitários e mesmo governamentais.

Farei igualmente menção a duas iniciativas como Mulheres e Cidade, em Montreal e no Quebec. Equipes de mulheres foram encarregadas pelas municipalidades para estudarem o plano das ruas e todos os lugares potencialmente perigosos para a segurança das mulheres. Elas fazem recomendações para corrigir a situação (melhorar a iluminação de um setor, fechar um túnel etc.). Da mesma forma, a iniciativa de uma menina de 12 anos que dirigiu - digo bem, **dirigiu** - uma campanha nacional e recolheu mais de um milhão de assinaturas contra a violência na televisão. Ela foi pessoalmente entregar sua petição ao Primeiro Ministro do Canadá. Esta menina reagiu assim à morte de sua irmãzinha que havia sido também sexualmente agredida.

Citarei também moças e rapazes estudantes da Escola Politécnica da Universidade de Montreal que lançaram uma campanha para modificar a lei sobre as armas de fogo, a fim de torná-la menos liberal. Outra medida, esta de alcance internacional: sob pressão de grupos de mulheres, de grupos de ajuda às pessoas imigrantes e do Centro Internacional para os Direitos da Pessoa (sede social em Montreal), o governo canadense modificou, há mais ou menos um ano e meio, a Lei de Imigração, mais particularmente o capítulo referente aos refugiados, a fim de nela incluir mulheres vítimas de violência em seus países e cuja vida estaria em perigo. Após sondagem, como para todos os outros casos de pedido de asilo, estas mulheres podem agora obter refúgio no Canadá por motivo de violência específica contra elas (enquanto mulheres). O Canadá é o único país no mundo a ter adotado tais disposições e a mostrar, dessa forma, à comunidade internacional a importância que dá à sorte das mulheres ameaçadas **enquanto mulheres** em certos países.

Se as pesquisas, estratégias, políticas, protocolos, publicações feministas são relativamente numerosas no Quebec e no Canadá sobre os temas da violência conjugal e do assédio sexual, o mesmo não ocorre com a pornografia e a prostituição. Não dispomos de grandes sondagens e análises como as de Kathleen Barry, Andrea Dworkin, Catherine MacKinnon, feministas americanas que exercem grande influência sobre nossas pesquisas.

A pornografia e a prostituição não são ainda reconhecidas pelo conjunto da população como manifestações de violência cometida contra as mulheres enquanto grupo. Entretanto, será preciso que encaminheemos eventualmente nossas pesquisas sobre a violência nessa direção, se quisermos barrar e prevenir o conjunto das manifestações de violência. Mulheres, sobretudo jovens, que se vêem através da imagem feminina a que a por-

nografia remete e às quais a prostituição é mostrada como “uma profissão como qualquer outra” encontram-se permanentemente num contexto potencial de violência.

Será eventualmente preciso que as pesquisadoras feministas imponham temas de pesquisas e estratégias de intervenção sobre a pornografia e a prostituição como o fizeram para a violência conjugal, o incesto, o estupro, o assédio sexual, que, a princípio, não eram considerados temas sérios de pesquisa. A escravidão sexual das mulheres é uma realidade. Se existem grupos de apoio para as mulheres vítimas de companheiros e ex-companheiros violentos, de estupro, de incesto, de assédio sexual, existem por outro lado bem poucos para as jovens arrastadas para a pornografia e a prostituição. Quando haverá um centro de acolhimento para mulheres vítimas de proxenetas e quando haverá pesquisas universitárias importantes sobre o assunto?

Gostaria enfim de terminar exprimindo minha convicção de que o melhor meio para as mulheres barrarem e prevenirem a violência é destruir as relações de força e de dominação, presentes em todas as manifestações de violência.

Onde quer que elas estejam, as mulheres devem se atribuir poder, tomar este poder, pois ele não lhes será oferecido com luvas brancas sobre uma bandeja de prata. Enquanto o poder não for redistribuído equitativamente em todas as formas de relações entre homens e mulheres, as situações de violência subsistirão. Este reequilíbrio é necessário para que as mulheres não permaneçam mais na posição de vítimas.

**Poder econômico primeiramente.** Vocês convirão que é mais difícil e mais demorado escapar à violência quando se depende de seu agressor no plano financeiro.

**Poder na transmissão do saber.** Isso quer dizer mulheres nos postos de decisão das escolas, colégios e universidades, a fim de que a formação e a cultura cessem de transmitir valores que dividam homens e mulheres em clãs adversários, e que se substitua a ideologia de dominação pela equidade.

**Poder político.** Mais mulheres na política, onde se tomam decisões que influem na vida de todos os indivíduos e que são quase sempre favoráveis ao grupo dominante, os homens, porque são eles que detêm o poder político.

**Poder jurídico.** Não falo aqui somente de ter mais juízas ou advogadas nos mais altos escalões. Desejo que cada vez mais mulheres contestem um sistema judiciário concebido e administrado contra elas. E que se recusem a submeter-se a ele.

**Poder de influência.** Um poder que se exerce quase sempre pela tomada da palavra, nos meios de comunicação ou em outras estruturas. A liberdade de expressão, freqüentemente ligada ao poder que se detém nesses setores, não está ainda universalmente reconhecida às mulheres. Longe disso. E, no entanto, é um direito e uma ferramenta essencial à aquisição de poder em vários setores. Como desfazer os mitos e tomar nosso lugar se não podemos nos exprimir livremente?

Finalmente, o **poder nas relações amorosas e familiares**. Guardei-o para o final, pois penso que ele é influenciado pelos poderes adquiridos em outros campos. O lado íntimo é aquele ao qual a maioria de nós se apega mais e é também o mais frágil. As feministas estão prontas a reconhecer que existe uma espécie de impasse neste contexto, nas relações homens/mulheres. Mas não aceito que digam que as feministas foram longe demais e que tentem fazê-las sentirem-se culpadas pelo comportamento aturdido de certos homens. Sou da opinião, como Benoîte Groult dizia numa recente entrevista à Rádio Canadá, que as feministas não só não foram longe demais, como não foram suficientemente longe. Explicar-me sobre este assunto exigiria duas boas horas. Direi somente que o fato de que nos possam ainda trazer tais argumentos, para culpabilizar as mulheres e tirar dos homens a responsabilidade por seus atos, demonstra muito bem que resta ainda muito a ser feito.

O maior problema está precisamente aí: a recusa dos homens em se assumirem, e isso em todas as esferas da vida; mas é mais evidente no aspecto amoroso e, em consequência, no âmbito familiar.

As feministas são responsabilizadas pela crise de identidade dos homens e por suas dificuldades em se adaptarem a relações diferentes. Em outras palavras, o recado que nos dão é que deveríamos nos sentir culpadas, nos calar, e ocupar nosso "lugar" para que os homens se sintam bem, seguros, e que, principalmente, não se sintam abandonados. É o próprio sentido da violência contra as mulheres. Querem levar-nos de volta ao ponto de partida, acusando-nos de provocação ao infringirmos regras que estabeleceram para nós. Exatamente o que dizem os homens que agridem mulheres: "Elas provocaram!"

É um contexto difícil para as feministas, pois muitas mulheres são sensíveis a esse discurso, aderindo às críticas que condenam as feministas. Eis uma forma de violência não reconhecida, mas que se insinua em nossas vidas para envenená-las. O antídoto contra este veneno é a solidariedade entre mulheres, entre feministas, entre pesquisadoras universitárias e aquelas que intervêm diretamente neste campo. Este colóquio é uma bela manifestação de nossa solidariedade.